

A Deep Web como ferramenta de produção jornalística¹

Ana Beatriz Leite de SOUZA²

Diego dos Santos BARBOSA³

Michel Miron de MELO⁴

Riverson RIOS⁵

Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, CE

Resumo

Este artigo apresenta um panorama geral sobre a Deep Web, suas principais características e peculiaridades, associando-as com a prática da produção jornalística baseada nas informações fornecidas pela plataforma. O foco estará concentrado nas linhas de pesquisa e discussão a respeito da validade dos dados contidos na Deep Web, bem como na reflexão a respeito da ética e da postura dos profissionais jornalistas frente ao comprometimento e ao grau de segurança de tais referências noticiosas. Exemplos serão fornecidos para uma maior compreensão do tema, havendo uma exploração maior do site Wikileaks.

Palavras-chave: Deep Web; Produção jornalística; Wikileaks; Ética jornalística

¹ Trabalho apresentado na Divisão Temática de Jornalismo, da Intercom Júnior – XI Jornada de Iniciação Científica em Comunicação, evento componente do XXXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Estudante do 4º semestre de Comunicação Social – Jornalismo da UFC. Email: anabmilk@gmail.com

³ Estudante do 4º semestre de Comunicação Social – Jornalismo da UFC. Email: diegosbarbosa95@hotmail.com

⁴ Estudante do 4º semestre de Comunicação Social – Jornalismo da UFC. Email: michel.mirondemelo@gmail.com

⁵ Orientador do trabalho. Professor do curso de Comunicação Social – Jornalismo da UFC. Email: riverson@ufc.br

Introdução

Desde a virada do século, o Jornalismo tem passado por grandes mudanças, sejam no fazer jornalístico ou no *ethos* profissional do jornalista. As mudanças sociais, políticas e econômicas exercem papel nessa reviravolta, mas o avanço tecnológico é certamente o maior causador. Segundo Nicholas Carr (2013), “as tecnologias intelectuais, quando caem no gosto popular, muitas vezes promovem à população em geral novas formas de pensar” (CARR, 2010, p. 45) ⁶e, ao longo da história da humanidade, as novas tecnologias vêm mudando nossa forma de pensar e a humanidade em si.

Segundo Carr (2010), a escrita, o relógio, os mapas, todos de alguma forma alteraram o funcionamento da mente humana, e o mesmo ocorreu com a popularização da Internet: a forma de perceber o tempo mudou, a forma de adquirir conhecimento mudou, a forma de trabalhar mudou. Tudo se tornou imediato, instantâneo, e um só clique passou a permitir infinitas possibilidades que, antes da Web, não eram possíveis. Para Sodré (2008), porém, essa nova forma de funcionamento da humanidade se caracteriza mais como uma “mutação” que como uma revolução tecnológica:

Não se trata exatamente de descobertas linearmente inovadoras, e sim da maturação tecnológica do avanço científico, que resulta em hibridização e rotinização de processos de trabalho e recursos técnicos já existentes sob outras formas há algum tempo. (SODRÉ, 2008, p. 13)

O que antes era veiculado em outros meios passou a ser feito mais em grande parte através da Internet e, a fim de se adaptar a essa “mutação” tecnológica, o fazer jornalístico deste século sofreu mudanças – como a constante renovação do projeto gráfico dos jornais e uma maior preocupação com a transposição dos conteúdos divulgados nas mídias tradicionais para plataformas online - que o diferem do fazer jornalístico dos séculos passados. Mesmo com tal adaptação, porém, algumas das principais características que compõem o *ethos* do Jornalismo continuam intactas: ele continua exercendo o papel de “ser os ouvidos e os olhos remotos do público, selecionar e lhe transmitir o que possa ser interessante” (LAGE, 2011, p. 23), o que caracteriza os profissionais da área como “porta-vozes da opinião pública” (TRAQUINA, 2005, p. 48)

⁶ Do original, em inglês "intellectual technologies, when they come into popular use, often promote new ways of thinking (...) to the general population" (tradução nossa)

e reforça a responsabilidade social que a profissão carrega.

Devido ao desejo de cumprir a responsabilidade social de informar o cidadão, como na idealização do Jornalismo como “Quarto Poder” (ALBUQUERQUE, 1999), ou devido a interesses empresariais ou pessoais do (a) jornalista, que corroboram com o caráter mercadológico da notícia neste século, o certo é que a busca pelo “furo” sempre norteou o fazer jornalístico. É importante ressaltar, porém, que o “furo” jornalístico é uma novidade, mas não necessariamente no que se trata de dimensão temporal:

Um conteúdo é atual também porque ele apresenta um sentido de relevância pública, ou seja, compõe aquele leque selecionado de conteúdos que são reconhecidos pelos indivíduos como indispensáveis para participarem da vida social – as notícias falam de fatos que irão interferir no curso cotidiano da vida e de cujo conhecimento o indivíduo não pode (em tese) prescindir. (FRANCISCATO, 2000)

A investigação jornalística, portanto, surge na tentativa de trazer à sociedade informações de relevância pública, trabalhando como “vigilante do poder político que protege os cidadãos contra os abusos (históricos) dos governantes” (TRAQUINA, 2005, p. 48). As “mutações” tecnológicas trouxeram grandes avanços ao jornalismo investigativo, como uma maior facilidade na captação de informações antes altamente sigilosas e de difícil acesso, por exemplo, dando aos profissionais, além de novas ferramentas de pesquisa, uma publicação mais otimizada e quase instantânea.

A possibilidade de pesquisa e compartilhamento através da Internet permite que informações que não circulam ou circulavam livremente, seja por questões de sigilo ou de censura de governos totalitários, possam ser transformadas em notícia. Por isso, ferramentas que permitem tal circulação de forma anônima e, conseqüentemente, segura, têm se popularizado em meio aos jornalistas e ativistas, como é o caso do Wikileaks e da Deep Web, instância da internet onde surgiu o Wikileaks.

O objetivo do presente artigo, então, é compreender o termo Deep Web, em sua totalidade, e mostrar como ela pode ser utilizada como ferramenta jornalística. Isso se dará através de sua apresentação como plataforma noticiosa e das formas de uso que seus usuários dispõem para acessá-la, bem como da desvinculação da ideia da Deep Web como sendo a “parte ruim” da Internet e da exemplificação de casos em que o referido meio se mostrou útil ao fazer jornalístico, com destaque para o Wikileaks.

Utilizaremos como principais referências os dados referentes aos estudos de pesquisadores da plataforma, como Freitas (2012) e Farias (2005), assim como de

autores como Castells (2015) e Burity (2003) para empreendermos uma maior reflexão acerca da Deep Web como ferramenta jornalística. A estruturação do artigo visará apresentar primeiramente a definição de Deep Web, depois o seu viés como um meio para a produção de notícias e, por último, algumas especificações a respeito do site Wikileaks, um dos maiores exemplos de como os dados provenientes da Deep Web podem influenciar na cobertura jornalística de um fato.

1. Deep Web

Tudo aquilo que não pode ser indexado por ferramentas de pesquisa pode ser chamado de Deep Web ou Internet Profunda: informações confidenciais, dados de contas, sejam de bancos ou fóruns online, fazem parte de tal universo. O domínio é tão grande que pesquisadores, como Micheal Bergman (2001), acreditam que cerca de 96% da internet faz parte da Deep Web. Todo site, blog ou não, que deseja não ser indexado por nenhuma ferramenta de busca tem ou deveria ter essa prerrogativa. Segundo Landim (2011), caso o dono do domínio virtual opte por ligar a opção *no follow* nas configurações das meta-tags, os robôs dos buscadores que indexam endereços virtuais não terão a permissão de fazê-lo, inserindo-o na Internet Profunda.

A maneira mais simples e mais segura de adentrar na Deep Web é através do software de um navegador TOR (The Onion Router), que é capaz de garantir facilmente o anonimato através de um sistema de camadas criptografadas (daí vem o nome *onion*, que significa cebola em inglês, pois há no sistema várias camadas) que camuflam a identidade do usuário. Segundo seu site oficial, “TOR é um software livre e de rede aberta que ajuda você a se defender da análise de tráfego, uma forma de vigilância que ameaça a liberdade e privacidade pessoal, atividades e relacionamento empresariais confidenciais, e segurança de estado”.⁷ (TOR Project, 2015)

A navegação através do TOR é lenta devido a alguns fatores curiosos: o acesso se dá através de um computador, porém o servidor usado para isso pode estar em qualquer parte do mundo, e quanto mais distante fisicamente um servidor está do computador que o usa, mais lenta se torna a conexão. A lentidão ocorre também devido à criptografia em várias camadas na ida (solicitação de serviço feita pelo navegador) e na volta (retorno da informação a partir do servidor). Muitas universidades ao redor do

⁷ Tradução nossa.

globo, como a Universidade da Califórnia e a Universidade de Detroit, por exemplo, disponibilizam seus servidores para tal tipo de acesso e, basicamente, qualquer pessoa também pode disponibilizar o seu servidor. Porém, isso é aconselhável apenas para aqueles que estejam envolvidos com processos judiciais – pela maior facilidade em conseguir obter dados que otimizem a sua defesa ou acusação em um caso na justiça -, já que muitos podem utilizar do seu servidor para a prática de atividades ilícitas, uso este caracterizado como ilegal pela Polícia.

É importante frisar que o anonimato na Deep Web é garantido, porém não há garantia de segurança. Enquanto na internet de superfície um leigo pode ser facilmente rastreado e exposto, mas tem o apoio de ferramentas de segurança, como antivírus, navegadores ou sites, na Internet Profunda não há quase nenhuma proteção contra vírus e afins. Há, portanto, um balanceamento de ganhos.

A Deep Web é conhecida por vários nomes. Segundo Freitas (2012), esta pode ser chamada de “Invisible Web”, “Under Net”, “Hidden Web” etc. É comum a sua denominação como “Dark Net”, porém, este se trata não de um codinome, mas sim de uma parte existente dentro da Deep Web. O site especializado em coletar informações na internet profunda ou de superfície, Bright Planet (2014), explica a diferença:

Dando continuidade a nossas definições, nós aprendemos que a internet de superfície é tudo aquilo que uma ferramenta de pesquisa pode acessar e a Deep Web é tudo aquilo que uma ferramenta de pesquisa não pode acessar. A Dark Web, então, é classificada como uma pequena porção da Deep Web que está intencionalmente escondida e é inacessível através de navegadores tradicionais. É uma porção da Internet mais conhecida por suas atividades ilícitas, por causa do anonimato associado ao TOR. ⁸(BRIGHT PLANET, 2014)

Tal área, mesmo menos conhecida e com maior dificuldade de acesso, é usada por muitos usuários e das mais variadas formas. Basta entender que quem busca anonimato encontra em tal ferramenta tudo de que precisa, portanto quem deseja realizar crimes está no local perfeito para isso. Pornografia, venda de produtos roubados e até mesmo tráfico humano e contratação de assassinos de aluguel são comuns em tal parte da Web. Na Deep Web, se acha apenas aquilo que se procura, mas se está sempre sujeito à exposição a conteúdos provavelmente indesejados.

Como será visto nos seguintes tópicos, a Deep Web não se caracteriza apenas pelas atividades ilícitas ali executadas. Muitos usuários buscam o anonimato como ferra-

⁸ Tradução nossa.

menta de segurança para o tráfego de informações confidenciais, que seriam de interesse público. Veremos, portanto, como esta pode ser utilizada como ferramenta para a circulação de informações importantes, como é o caso da busca por informações jornalísticas, por exemplo.

2. A Deep Web como ferramenta de produção jornalística

Por possuir o anonimato como principal característica, vimos que na Deep Web há um mundo de ilegalidades. O anonimato, porém, também pode ser utilizado como garantia à segurança da fonte, e muitas vezes do próprio jornalista. Em países como China, Irã e Coreia do Norte, que possuem governos totalitários que monitoram o uso da Internet pela população local, o anonimato é essencial para a circulação de informações que venham a ser de utilidade pública, como casos de corrupção e abuso de poder. A Deep Web funciona, então, como forma de burlar a censura.

Em 2013, os jornais The Guardian e The Washington Post publicaram documentos vazados do Sistema de Vigilância Global da NSA americana, revelando programas de espionagem do governo. Os documentos foram providos pelo ex-técnico da CIA, Edward Snowden, que ficou mundialmente conhecido após o caso. Não fosse a Deep Web, o vazamento de documentos sigilosos dificilmente seria possível (exceto se ele tivesse enviado um email criptografado por PGP (sigla para Pretty Good Privace, um software de criptografia), por exemplo). Acredita-se também, de acordo com portais brasileiros renomados, como o O Globo e o Observatório da Imprensa, que movimentos ativistas como a Primavera Árabe só foram possíveis a partir do uso de tais ferramentas.

O Jornalismo aqui, inicialmente, caracteriza-se como um mero espelho: o documento oficial é publicado em sua forma base. A publicação do documento, porém, pode vir como pontapé a uma investigação mais apurada, gerando reportagens mais completas, como veremos mais adiante com o exemplo que citaremos.

Conhecer mais a respeito de como as informações geradas pela Deep Web chegam até mesmo nas capas dos principais jornais do mundo, a partir da mediação do trabalho jornalístico, é um dos vieses que exploramos ao entrarmos em contato com o Wikileaks, por exemplo, um cânone que já se tornou um clássico do modelo comunicacional contemporâneo e no qual tomaremos como base para realizarmos nossa análise da produção jornalística na atualidade, como será discutido a seguir.

3. O Wikileaks e as discussões sobre a produção jornalística na contemporaneidade

O Wikileaks é uma corporação midiática sem fins lucrativos sediada na Suécia e criada pelo australiano Julian Assange. Em 2016, o site completará dez anos de existência e ciberativismo, combinando tecnologia e os princípios do Jornalismo Investigativo - a busca da verdade oculta ou reportagem em profundidade (LOPES, 2003, p.12) - ao tornar público, diante da comunidade global, milhares de documentos oficiais dos Estados-Nação do mundo, independentemente de quaisquer barreiras continentais existentes. A organização transnacional é composta por jornalistas, programadores de softwares, engenheiros e matemáticos do mundo inteiro, e todos com sua identidade preservada. (WIKILEAKS, 2011).

É através do uso do software livre “TOR” que o Wikileaks, bem como os profissionais que o compõem, conseguiu se manter oculto na rede mundial de computadores. Isso por causa da característica essencial do software, pois o mesmo “remove informações dos chamados pacotes de dados de navegação da internet – que fazem da internet um meio rastreável - e as envia para um caminho alternativo e de difícil rastreamento” (FARIA, 2005).

Apesar de quase uma década de atividades no ciberespaço, foi apenas em novembro de 2010 que o site ficou mundialmente conhecido, após a publicação de mais de 251.287 telegramas diplomáticos norte-americanos, o que abriu margem para uma série de discussões e reflexões políticas e sociais a respeito da prática jornalística na contemporaneidade e o próprio poder do Wikileaks na face social.

Liliana Pacheco, pesquisadora do Instituto Universitário de Lisboa, sintetiza bem o que é o Wikileaks e qual o papel que ele passou a assumir hoje:

A Wikileaks é uma organização de media não-lucrativa destinada a trazer a público informação importante. Assume-se com uma forma de publicar online informação de natureza ética, política ou histórica, de forma anónima e combatendo a censura. Desde a sua fundação, em 2006, a Wikileaks já libertou informação prejudicial ao governo do Quênia, informação relativa às guerras do Iraque e Afeganistão, reportou vários abusos ambientais, entre muitos outros casos polémicos. Nos primeiros três anos da sua existência, contudo, a Wikileaks não conheceu a dimensão que tem actualmente. Este estatuto de que goza nos dias que correm devem-se, em parte à forma como foi veiculada a informação contida nos telegramas diplomáticos americanos e à sua repercussão nos media tradicionais. (PACHECO,

Falar do Wikileaks, portanto, é explicitar o modelo de comunicação atual, baseado na saída de um campo comunicacional de massas para um campo comunicacional de redes. Observemos bem que Liliana Pacheco encara o modelo de divulgação do Wikileaks como algo que combate a censura, argumento esse que vai de total encontro ao que Gustavo Cardoso, investigador no âmbito das Ciências e Tecnologias da Informação, fala em uma entrevista concedida ao portal Diário de Notícias no ano de 2010:

As indústrias e organizações colocam em rede diversos tipos de media, como o Twitter ou o Facebook ou outros contextos de passa a palavra, e o Wikileaks marca a definição de como se constrói poder na era da comunicação. (CARDOSO, 2010)

Manuel Castells, autor catalão que dialoga com a questão da democracia aliada aos novos perfis de apuração e publicação jornalísticas na rede, discorre, em uma entrevista dada ao Correio da Bahia, em maio de 2015, corroborando sobre a contribuição das conexões em rede para o fortalecimento da democracia:

(...) os movimentos em rede são de um novo tipo e se formam a partir de ideologias diferentes e com diferentes motivações. São um sintoma da crise da democracia representativa atual, dominada por partidos a serviço deles mesmos e não dos cidadãos, eleições controladas por dinheiro e meios de comunicação, corrupção sistêmica de todos os partidos políticos e em quase todos os países. Se houvesse vontade de participação política e democrática por parte das elites, a comunicação em rede oferece enormes possibilidades de incrementar a participação cidadã ao invés de reduzir a democracia a um voto midiático a cada quatro anos. E como há canais institucionais, a sociedade se expressa através de suas formas autônomas de debate, organização e manifestação, online e nas ruas. Nesse sentido, a comunicação em rede está revitalizando a democracia mediante a crítica aos partidos burocratizados e aos políticos corruptos. (CASTELLS, 2015)

No entanto, algumas questões podem ser levantadas no que diz respeito à ética empregada pelo Wikileaks para a aquisição dos dados referentes aos governos federais, por exemplo, seus planos de ação e estratégia: até que ponto pode ir o controle da informação online? E até onde efetivamente achamos que faz sentido divulgar algo que pode deflagrar até guerras entre países?

Esse dilema ético é levantado pelo consultor de comunicação formado pela Universidade Lusófona do Porto, Luís Paulo Rodrigues, em seu blog “Comunicação Integrada”. Para o pesquisador, o Wikileaks é uma ferramenta jornalística que favorece

o direito público de saber. No entanto, a corporação de Julian Assange não segue a esmo as regras de conduta ética na associação que faz com jornais tradicionais estrangeiros.

No “caso” Wikileaks levanta-se a questão de se saber se o interesse público da informação contida nos documentos seria susceptível de legitimar a acção publicitadora da organização e posterior tratamento e difusão por parte dos meios de comunicação tradicionais. Por outras palavras, qual o papel dos meios de comunicação em relação ao Wikileaks? Será legítimo ou constituirá um serviço de responsabilidade social servir como braço mecânico e prolongado de quem surruiu documentos secretos de gabinetes governamentais para colocá-los ao alcance de todos? Onde é que começa o acto criminoso e onde termina? O braço mecânico – ou seja, os meios de comunicação social que divulgam a informação secreta – tem vida própria ou segue a lógica inicial de quem tem acesso aos documentos de forma ilegítima? (RODRIGUES, 2011)

O que entra em jogo, assim, é a relação da ética jornalística com a diplomacia dos países envolvidos nas referentes publicações. Caroline Rangel Burity, em seu artigo “A influência da mídia nas relações internacionais: um estudo teórico a partir do conceito de diplomacia midiática”, expõe bem qual a função da mídia no processo relacional diplomático entre as nações:

A função inicial e básica da mídia é informar ao público os acontecimentos ocorridos local, regional, nacional e mundialmente. Além de dar informação, ela também pode retê-la, o que pode igualmente ter impacto. Ao escolher o que “vai ao ar”, também se elegem os aspectos da ocorrência que serão ressaltados, reduzidos ou mesmo omitidos. Assim, a mídia é responsável por “incutir” na mente do telespectador quais são os fatos mais importantes em escala de hierarquia, uma vez que os portais e os impressos colocam na primeira capa o que eles consideram como principal, e os telejornais abrem suas edições também com o fato que eles entendem como sendo de maior vinculação. (BURITY, 2003, p. 171)

Declarações como as mencionadas explicitam que o Wikileaks, além de ganhar notoriedade no âmbito social e, principalmente, no debate político, traz à tona questões que dizem respeito também ao modo de conduta dos jornalistas perante as informações repassadas pela organização de Assange. Bom-senso, uma eficiente apuração, a consulta à diversidade de opiniões em um caso, ética e uma aguçada percepção para detectar a relevância social que os dados trarão ao serem publicados, protagonizam o cerne da ampla discussão que se instala ao falarmos de organizações como o Wikileaks.

Considerações Finais

Envolta por inquietações, dúvidas e, principalmente, preconceitos por parte da maioria dos usuários da internet, a Deep Web apresenta-se, a partir de nossas constatações, como uma ferramenta bastante útil para a produção jornalística na atualidade, o que lhe confere, ousamos dizer, um patamar de importância bastante proeminente na sociedade como um todo, e aqui alargamos as possibilidades de alcance do meio em questão. Afinal, estamos falando sobre a reputação de Estados-Nação – muitos deles diretamente atingidos pelos dados fornecidos pela Deep Web – e isso acaba envolvendo toda a conjectura social que, de alguma forma, sentirá as consequências dos atos que poderão vir a aparecer após o contato com a divulgação de tais dados.

Sob outra ótica, uma reflexão mais aprofundada a respeito das práticas dos jornalistas no seu âmbito de trabalho também suscita questionamentos a respeito da própria formação dos mesmos, pois põe em xeque o seu poder de checagem e apuração dos dados, atitudes cruciais para o sucesso de uma publicação jornalística. O Wikileaks vem como o expoente máximo de observação e análise dessa postura profissional frente aos novos desafios propostos pela instantaneidade de divulgação de notícias e o não-comprometimento de quem as escreve, podendo encadear futuras e possíveis ações irrevogáveis.

Por fim, acreditamos ser possível, em meio à nebulosidade de opiniões e de visibilidades, que a Deep Web possa constituir um palco propício para um aprimoramento não só do trabalho jornalístico, de seus meandros e investigações, mas também da nossa visão como cidadãos pertencentes a uma dinâmica governamental e de organização social, desde que mantida a ética e a boa conduta jornalística. A promoção de uma alquimia visual: eis aí o legado do aprofundamento do estudo da Deep Web como ferramenta da produção jornalística para nós.

Referências Bibliográficas

ALBUQUERQUE, Afonso de. *Um outro quarto poder: imprensa e compromisso político no Brasil*. in Revista Fronteiras – estudos midiáticos, vol. 1, nº 1, dezembro de 1999.

BRIGHT PLANET. *Creating up confusion – Deep Web vs Dark Web*. Março, 2014. <<http://www.brightplanet.com/2014/03/clearing-confusion-deep-web-vs-dark-web/>>, acessado em 14 de maio de 2015.

BURITY, Carolina Rangel Travassos. *A influência da mídia nas relações internacionais: um estudo teórico a partir do conceito de diplomacia midiática*. Revista Contemporânea, n° 21, ano 11, volume 1, 2013. <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/ojs/index.php/contemporanea/article/view/3349/5110>>. Acesso em: 19 de maio de 2015.

CARDOSO, Gustavo. *"Wikileaks marca a definição de como se constrói poder na Net"*. [08 de dezembro de 2010]. Diário de Notícias. Entrevista concedida ao portal Diário de Notícias.

CASTELLS, Manuel. *Manuel Castells: "a comunicação em rede está revitalizando a democracia"*. [11 de maio de 2015]. Fronteiras do Pensamento. Entrevista concedida ao jornal Correio da Bahia

FRANCISCATO, Carlos Eduardo. *"A atualidade no jornalismo"*. Trabalho apresentado no GT Estudos de Jornalismo da 9ª Reunião Anual da Compós, Porto Alegre, PUCRS, maio/junho 2000.

FREITAS, Ladislau. *Deep Web, conheça o submundo da internet*. Julho, 2012. <<http://www.superdownloads.com.br/materias/6136-deepweb-conheca-submundo-da-internet.htm>>, acessado em 14 de maio de 2015.

LAGE, Nilson. *A reportagem: teoria e técnica de entrevista e pesquisa jornalística*. Rio de Janeiro: Record, 2011

LANDIM, Wikerson. *Deep Web: O lado escuro da internet*. Novembro, 2011. <<http://www.tecmundo.com.br/internet/15619-deep-web-o-lado-obsкуро-da-internet.htm>>, acessado em 13 de maio de 2015.



LIMA, Izabella Virissimo; TONUS, Mirna. *Wikileaks: liberdade para a comunicação, desafio para a diplomacia*. XXXV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Fortaleza, CE, 2012. <<http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2012/resumos/R7-1045-1.pdf>>, acessado em 20 de maio de 2015.

LOPES, Dirceu F. e Proença, J.L. (Org.) *Jornalismo Investigativo*. São Paulo: Publisher do Brasil, 2002.

PACHECO, Liliana. *Wikileaks e Internet: O que poderá mudar no jornalismo a partir daqui*. Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL), Lisboa, Portugal, maio, 2011. <<http://www.ec.ubi.pt/ec/09/pdf/EC09-2011Mai-02.pdf>>, acessado em 20 de maio de 2015.

RODRIGUES, Luís Paulo. *O Wikileaks, a ética e a deontologia jornalísticas*. Maio, 2011. <<http://luispaulorodrigues.blogspot.com.br/2011/05/o-wikileaks-etica-e-deontologia.html>>, acessado em 18 de maio de 2015.

SODRÉ, Muniz. *Antropológica do espelho: uma teoria da comunicação linear e em rede*. Petrópolis, RJ: Vozes, 3. Ed., 2008.

TRAQUINA, Nelson. *Teorias do Jornalismo, porque as notícias são como são*. Florianópolis, SC: Insular, 2. Ed., 2005.

TOR PROJECT. *What is Tor?* <<https://www.torproject.org/>>, acessado em 13 de maio de 2015.